

Decidido processo de perda de mandato para 18 congressistas

por Eduardo Hollanda
de Brasília

- A CPI do Orçamento decidiu que dezoito parlamentares - dezessete deputados e um senador - vão enfrentar processos de cassação de mandatos por terem quebrado o decoro parlamentar ao fazerem parte do esquema de corrupção da Comissão Mista de Orçamento.

O relatório afirma que "o Estado foi corrompido e que muitos que o corromperam já chegaram corruptos ao poder". Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI, disse, no relatório final - que levou oito horas para ser lido, em rodízio de mais de quinze parlamentares -, que "alguns devem ter usado a corrupção para se eleger-se".

Além dos dezoito parlamentares com recomendação de cassação, a CPI decidiu encaminhar relatório

às Mesas Diretoras do Senado e da Câmara para prosseguimento das investigações sobre mais treze parlamentares. Esses parlamentares são: deputados José Luiz Maia, José Carlos Vasconcelos, José Carlos Aleluia, Jorge Tadeu Mudadlen, Gastone Righi, Paes Landim, Pinheiro Landim, Uldorico Pinto, Mussa Demes, Pedro Irujo, Messias Góes e Jesus Tajra e o senador Dario Pereira.

O relatório da CPI encaminhou ainda à Procuradoria-Geral da República, para investigações mais detalhadas, os nomes dos governadores Joaquim Roriz (DF), Edison Lobão (MA) e João Alves (SE), dos ex-ministros Margarida Procopio e Carlos Chiarelli, dos ex-secretários Walter Annichino e Ramon Arnus Filho e dos diretores da Odebrecht, Ailton Reis, e da Seval, Normando Cavalcante.